

Fernanda Ferreira Mota
nanda.fmota@gmail.com
Filiação institucional: Ministério da Cidadania

Palavras-chave: Cadastro Único; GPTE; e Desigualdade de gênero.

O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal é um instrumento que identifica e caracteriza famílias de baixa renda brasileiras e por meio dele conseguimos conhecer melhor a realidade socioeconômica dessa população; é uma das principais ferramentas para a seleção e a inclusão de famílias em programas federais, estaduais e municipais¹. Dessa forma, é também uma porta de entrada para as famílias acessarem diversas políticas públicas.

No CadÚnico permite-se o cadastramento diferenciado de parte dessa população que se encontra em algumas condições específicas de vulnerabilidade. Sua inserção se dá dentro do que convencionou chamar de GPTE (Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos)². As famílias pertencentes a esses grupos, para além da situação de pobreza, se encontram sujeitas à outras formas de invisibilidade social (ou visibilidade socialmente marcada). Os grupos foram agregados em categorias³ que abordam situações similares: **origem étnica** – indígenas, quilombolas, ciganos e pertencentes às comunidades de terreiro; **relação com o meio ambiente** – extrativistas, pescadores artesanais e ribeirinhos; **relação com o meio rural** – assentados da reforma agrária, acampadas rurais, agricultores familiares e beneficiárias do Programa Nacional de Crédito Fundiário e **situação conjuntural** – atingidas por empreendimentos de infraestrutura, famílias de presos do sistema carcerário; catadores de material reciclável; aquelas compostas por pessoas em situação de rua.

Tanto do Cadastro geral, quanto nos GPTE, a presença de mulheres é maior⁴. Mas, o que na formulação de políticas públicas e seus instrumentos é entendido enquanto

¹ Hoje o CadÚnico tem 30.232.524 famílias cadastradas em todo o país (disponível em: https://cecad.cidadania.gov.br/tab_cad.php).

² As famílias dos GPTE representam hoje 11% do total de famílias no CadÚnico (disponível em: https://cecad.cidadania.gov.br/tab_cad.php).

³ É importante observar que o pertencimento a qualquer grupo não é excludente. Então existem pessoas e famílias que se declaram como pertencentes a mais de um desses grupos.

⁴ Representam 56% do público do CadÚnico e 51% entre os GPTE (disponível em: https://cecad.cidadania.gov.br/tab_cad.php).

múltiplas vulnerabilidades, tem sido tratado na Teoria Política Feminista nas discussões sobre *interseccionalidade* e *consustancialidade*: diferentes eixos e raízes conformam não apenas as identidades das pessoas, mas também as formas de opressão vivenciadas por elas. Ou seja, as diversas formas de desigualdade não podem ser tratadas de forma isolada.

Nesse sentido, propõe-se traçar um perfil socioeconômico sobre as mulheres pertencentes a esses grupos. Entende-se que essa é uma importante tarefa na reflexão acerca de possíveis formas de transposição dessas situações de desigualdades na medida em que pode mostrar de forma mais clara como e onde agir em cada situação. Se é importante tornar esses grupos mais visíveis ao Estado, também é necessário não silenciar e excluir internamente a maior parcela das pessoas pertencentes a eles.

Serão utilizados dados fornecidos pelo Ministério da Cidadania em suas plataformas de acesso público. Cruzamentos mais sofisticados (que permitem analisar a interseccionalidade de diversos eixos para esses grupos) serão possíveis por meio de acesso concedido à base de dados desidentificados do CadÚnico.